



Março/2013

## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### Concurso Público para provimento de cargos de **Analista-Contabilidade**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

# P R O V A

## Objetiva Redação

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para rascunho da Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Redação será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, fazer a Prova de Redação e transcrever na Folha de Respostas correspondente.
- Ao terminar a prova, entregue ao fiscal da sala todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**PROVA OBJETIVA****Língua Portuguesa**

**Atenção:** As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

**Vista cansada**

Acho que foi Hemingway quem disse que olhava cada coisa à sua volta como se a visse pela última vez. Essa ideia de olhar pela última vez tem algo de deprimente. Olhar de despedida, de quem não crê que a vida continua, não admira que Hemingway tenha acabado como acabou. Fugiu enquanto pôde do desespero que o roía – e daquele tiro brutal que acabou dando em si mesmo.

Se eu morrer, morre comigo um certo modo de ver, disse o poeta. Um poeta é só isto: um certo modo de ver. O diabo é que, de tanto ver, a gente banaliza o olhar. Vê não vendo. Experiência ver pela primeira vez o que você vê todo dia, sem ver. Parece fácil, mas não é. O que nos cerca, o que nos é familiar, já não desperta curiosidade. O campo visual da nossa rotina é como um vazio.

Você sai todo dia, por exemplo, pela mesma porta. Se alguém lhe perguntar o que é que você vê no seu caminho, você não sabe. De tanto ver, você não vê. Sei de um profissional que passou trinta e dois anos a fio pelo mesmo hall do prédio de seu escritório. Lá estava sempre, pontualíssimo, o mesmo porteiro. Dava-lhe bom-dia e às vezes lhe passava um recado ou uma correspondência. Um dia o porteiro cometeu a descortesia de falecer. Como era ele? Sua cara? Sua voz? Não fazia a mínima ideia. Em trinta e dois anos, nunca o viu. Para ser notado, o porteiro teve que morrer.

O hábito suja os olhos e lhes baixa a voltagem. Mas há sempre o que ver. Gente, coisas, bichos. E vemos? Não, não vemos. Uma criança vê o que o adulto não vê. Tem olhos atentos e limpos para o espetáculo do mundo. O poeta é capaz de ver pela primeira vez o que, de tão visto, ninguém vê. Há pai que nunca viu o próprio filho. Marido que nunca viu a própria mulher, isso existe às pampas. Nossos olhos se gastam no dia a dia, opacos. É por aí que se instala no coração o monstro da indiferença.

(Otto Lara Resende, **Bom dia para nascer**)

1. Deve-se entender o título do texto – **Vista cansada** – como uma alusão do autor ao fato de que
- (A) os pessimistas, como Hemingway, acreditam que nosso olhar para as coisas implica sempre uma visão de despedida da vida.
  - (B) os poetas, ao contrário de Hemingway, pensam ver tudo como se estivessem sempre se revelando um mundo inteiramente original.
  - (C) nós tendemos a deixar de ver as coisas porque mecanizamos nosso olhar, não distinguindo o que lhes é característico.
  - (D) nós tendemos a reparar tão somente nos detalhes das coisas, perdendo o sentido da visão do conjunto a que se integram.
  - (E) nós tendemos, com o tempo, a enfraquecer nossa visão das coisas pelo excesso de atenção que nos esforçamos para lhes dedicar.

2. Há uma relação de causa e efeito entre as seguintes afirmações:

- (A) *de tanto ver, a gente banaliza o olhar e Parece fácil, mas não é* (2º parágrafo)
- (B) *passou trinta e dois anos a fio e pelo mesmo hall do prédio* (3º parágrafo)
- (C) *Lá estava sempre, pontualíssimo e Para ser notado, o porteiro teve que morrer* (3º parágrafo)
- (D) *O hábito suja os olhos e lhes baixa a voltagem e Não, não vemos* (4º parágrafo)
- (E) *Marido que nunca viu a própria mulher e isso existe às pampas* (4º parágrafo)

3. Considerando-se o contexto, a expressão *a gente banaliza o olhar* (2º parágrafo) aciona um sentido **oposto** ao que sugere o segmento

- (A) *Essa ideia de olhar (...) tem algo de deprimente.*
- (B) *Tem olhos atentos e limpos.*
- (C) *o que, de tão visto, ninguém vê.*
- (D) *Nossos olhos se gastam no dia a dia, opacos.*
- (E) *se instala no coração o monstro da indiferença.*

4. A frase do texto cujo sentido se mantém numa nova e correta redação é:

- (A) *Se eu morrer, morre comigo um certo modo de ver* = Comigo morre um certo modo de ver, ainda que eu venha a morrer.
- (B) *De tanto ver, você não vê* = Você não vê, apesar de tanto ver.
- (C) *Em trinta e dois anos, nunca o viu.* = Nunca o viu, por força de ter-se passado trinta e dois anos.
- (D) *O hábito suja os olhos e lhes baixa a voltagem* = Mesmo que lhes suje, o hábito baixa a voltagem dos olhos.
- (E) *Uma criança vê o que o adulto não vê* = Não vê o adulto coisas que vê a criança.

5. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, o autor do texto estabelece uma relação direta entre o pessimismo da frase atribuída a Hemingway e o brutal suicídio que este viria a cometer.
- II. No segundo parágrafo, o *certo modo de ver* que o poeta julga morrer com ele valoriza a perspectiva pessoal da qual nasce uma bem particular visão do mundo.
- III. No último parágrafo, o sentimento da indiferença, que nos invade, é diretamente relacionado à visão opaca das coisas causada pelo hábito.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) II, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.



6. Estão plenamente respeitadas as normas de concordância verbal na frase:

- (A) Devem-se emprestar a todas as coisas, nas palavras de Hemingway, o olhar daquele que as vê pela deradeira vez, como se delas se despedissem.
- (B) O desespero das tantas dores que podem afligir certos homens levam alguns desses infelizes ao suicídio, é o que parece explicar a triste e brutal decisão de Hemingway.
- (C) Guardam muita ironia as palavras de que se valeu o autor para mostrar que somente a notícia da morte do porteiro fez alguns notarem que ele havia existido.
- (D) Sempre haverá o marido e o pai que não tem olhos para ver, de fato, quem são sua esposa e seu filho, quem de fato são esses a quem não rende momentos de atenção.
- (E) A criança, tal como ocorre com os poetas, são capazes de olhar as coisas com tão dedicada atenção que acabam por estabelecer uma visão efetivamente criativa de tudo.

7. Está transposta para a **voz passiva**, sem prejuízo para o sentido, a seguinte construção:

- (A) Hemingway acabou dando um tiro em si mesmo = Um tiro se deu o próprio Hemingway.
- (B) Acaba-se por banalizar o modo de olhar = O modo de olhar acaba por ser banalizado.
- (C) Ele cometeu o desagravo de falecer = O cometimento de falecer desagrovou-o.
- (D) Há pai que nunca viu o próprio filho = Há o próprio filho que nunca terá sido visto pelo pai.
- (E) No coração instala-se o monstro da indiferença = O monstro da indiferença tem sido instalado no coração.

8. Está plenamente adequada a pontuação do seguinte período:

- (A) Crianças e poetas, acredita o autor, são capazes de olhar o mundo de modo atento e criativo, como se o olhassem pela primeira vez, revelando nele, por isso, faces que, para a maioria de nós, permanecem ocultas.
- (B) Crianças e poetas acredita o autor, são capazes de olhar, o mundo, de modo atento e criativo como se o olhassem pela primeira vez, revelando nele por isso faces que para a maioria de nós permanecem ocultas.
- (C) Crianças e poetas – acredita o autor, são capazes de olhar o mundo de modo atento, e criativo, como se o olhassem pela primeira vez revelando nele, por isso, faces que para a maioria de nós permanecem ocultas.
- (D) Crianças e poetas, acredita o autor: são capazes de olhar o mundo de modo atento e criativo, como se o olhassem, pela primeira vez revelando nele, por isso, faces que para a maioria de nós, permanecem ocultas.
- (E) Crianças e poetas, acredita o autor, são capazes de olhar o mundo, de modo atento e criativo, como se o olhassem pela primeira vez, revelando nele por isso faces que, para a maioria de nós permanecem ocultas.

**Atenção:** As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto seguinte.

### **O maior, o melhor**

*Há algum tempo um jornal de grande circulação promoveu uma enquete para saber qual é o maior escritor brasileiro, se Machado de Assis ou se Guimarães Rosa. Parece que antes de mais nada já não haveria qualquer dúvida sobre os dois maiores, cabendo apenas hierarquizá-los. Essa mania de **o maior, o melhor** está cada vez mais incorporada ao competitivo mundo moderno. Trata-se de eleger logo um absoluto, um superlativo, numa espécie de torneio promovido a propósito de tudo: o melhor cantor, o melhor atacante, o maior empresário, o maior bandido...*

*Muito sabiamente, o poeta Manuel Bandeira resolveu logo a parada, declarando-se já de saída um “poeta menor”, e ainda pediu desculpas por isso. Convivendo com a tuberculose desde adolescente, nosso poeta conviveu também com a alta probabilidade de uma morte precoce – e a morte, como se sabe, costuma relativizar tudo. Ela não respeita nem os maiores, nem os melhores. Qualquer hierarquia perde o sentido diante dela. E justamente por se saber “menor”, isto é, mortal, humano, falível, limitado, o poeta Manuel Bandeira acabou fazendo de suas pequenas experiências uma grande e comovente poesia.*

*Ele poderia ser exemplo para todos os que corremos atrás do primeiro lugar, do prêmio máximo, do recorde mundial. Essa tolice de achar que a felicidade está no topo do Everest e em nenhum outro lugar alimenta a máquina de ansiosos em que a nossa sociedade se converteu. Quem fica de olho no máximo perde toda a graça do mínimo, que é onde, afinal, se aloja a felicidade possível. Os pequenos momentos, os detalhes da afetividade, as palavras simples e necessárias, os gestos minúsculos mas imprescindíveis jamais ganharão um prêmio Nobel. E no entanto está nessa aparente pequenez, não tenho dúvida, o que pode dar sentido à nossa vida.*

(Agostinho Rubinato, inédito)

9. O texto mostra que há uma íntima conexão entre

- (A) a necessidade de se hierarquizar tudo e a simplicidade da poesia de Manuel Bandeira.
- (B) a disputa entre Machado de Assis e Guimarães Rosa e a falta de sentido do prêmio Nobel.
- (C) a obsessão pelos superlativos e a competitividade do mundo moderno.
- (D) o destemor diante da morte e a procura do sucesso a qualquer preço.
- (E) o prestígio do sucesso máximo e a felicidade advinda do máximo sacrifício.



<p>10. Atente para as seguintes afirmações:</p> <p>I. Ainda que ache despropositada a comparação entre Machado de Assis e Guimarães Rosa, pelas diferenças de seus caminhos literários, o autor expressa a plena convicção de que se trata dos nossos dois maiores escritores.</p> <p>II. Deve-se entender do texto que a simplicidade da poesia de Manuel Bandeira, se não fez dele um poeta notável, tornou-o apto a enfrentar as grandes adversidades da vida, habilitando-o a ser feliz como poucos o foram em seu tempo.</p> <p>III. O texto sugere que, diante da implacabilidade da morte, deveríamos aprender a relativizar as coisas, encontrando no aparentemente "menor" a possibilidade da grandeza e da felicidade, como o fez Manuel Bandeira.</p> <p>Em relação ao texto está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II, somente. (B) II, somente. (C) II e III, somente. (D) III, somente. (E) I, II e III.</p>	<p>13. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:</p> <p>(A) Os que levariam a vida pensando apenas nos valores absolutos talvez façam melhor se pensassem no encanto dos pequenos bons momentos.</p> <p>(B) Há até quem queira saber quem fosse o maior bandido, entre os que recebessem destaque nos populares programas da TV.</p> <p>(C) Não admira que os leitores de Manuel Bandeira gostam tanto de sua poesia, sobretudo porque ela não tenha aspirações a ser metafísica.</p> <p>(D) Se os adeptos da fama a qualquer custo levarem em conta nossa condição de mortais, não precisariam preocupar-se com os degraus da notoriedade.</p> <p>(E) Quanto mais aproveitássemos o que houvesse de grande nos momentos felizes, menos precisaríamos nos preocupar com conquistas superlativas.</p>
<p>11. Atente para a seguinte frase:</p> <p><b>Manuel Bandeira, em meio a tantas lutas por pres-tígio, resolveu identificar-se como poeta menor e dispensar-se, assim, de escalar o Everest.</b></p> <p>Mantêm-se o sentido básico e a correção da frase acima nesta outra redação:</p> <p>(A) Assumindo-se como poeta menor, Manuel Bandeira, em meio às batalhas entre os ambiciosos, poupou-se de buscar a glória máxima.</p> <p>(B) Em vez de escalar as hierarquias, Manuel Bandeira lutou o quanto pôde entre os menores, só assim alcançando seu máximo galardão.</p> <p>(C) Ao se proclamar poeta menor, Manuel Bandeira se impôs sobre seus competidores, chegando desta feita ao cume da realização poética.</p> <p>(D) Ao em vez de pretender o alto e o distante, o poeta menor Manuel Bandeira desistiu de competir por prestígio, entre os tantos que o perseguiram.</p> <p>(E) Por lhe preferir o menor, Manuel Bandeira dispôs-se a recusar o maior, abandonando o pico da glória por cuja todos batalhavam.</p>	<p>14. A exclusão das vírgulas <b>alterará</b> o sentido da seguinte frase:</p> <p>I. Pensando nos homens ambiciosos, que querem escalar o Everest a qualquer preço, o autor lembra o exemplo contrário de Manuel Bandeira.</p> <p>II. Manuel Bandeira tornou-se, para muitos leitores, um exemplo de conquista da profundidade poética encontrada no que é simples.</p> <p>III. Manuel Bandeira legou aos amigos, que nunca deixaram de o admirar, exemplares autografados de sua obra completa.</p> <p>Atende ao enunciado SOMENTE o que consta em</p> <p>(A) I e II. (B) I e III. (C) II. (D) II e III. (E) III.</p>
<p>12. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do PLURAL para preencher adequadamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Nem Everest, nem recorde mundial, nenhuma obsessão dessas ..... (<b>dever</b>) levar-nos a uma luta ingente e, quase sempre, inglória.</p> <p>(B) Às pequenas coisas do cotidiano, aos versos simples é que se ..... (<b>dedicar</b>), em suas obras-primas, o poeta Manuel Bandeira.</p> <p>(C) O mérito e a importância de um prêmio como o Nobel não ..... (<b>caber</b>) discutir, mas não há por que desmerecer quem nunca o ganhou.</p> <p>(D) A um poeta como Manuel Bandeira jamais ..... (<b>ter</b>) atormentado aquelas visões da glória que tantos perseguem obstinadamente.</p> <p>(E) As competições a que se ..... (<b>lançar</b>), em nossos dias, todo e qualquer postulante à fama jamais sensibilizaram nosso grande lírico.</p>	<p>15. O elemento sublinhado constitui uma <b>falha</b> de redação na frase:</p> <p>(A) O espírito de competição <u>pelo qual</u> se deixa empolgar acabará levando-o à loucura.</p> <p>(B) Trata-se de um artista <u>de cujas</u> qualidades ninguém deixa de acreditar.</p> <p>(C) Parecia-lhe preferível perder a competição com dignidade <u>a</u> ganhá-la com desonra.</p> <p>(D) Manuel Bandeira, <u>cuja</u> poesia logo me encantou, foi um lírico originalíssimo.</p> <p>(E) Durante a competição, a vitória <u>da qual</u> ele estava confiante escapou-lhe inteiramente das mãos.</p>

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Em uma empresa,  $\frac{2}{3}$  dos funcionários são homens e  $\frac{3}{5}$  falam inglês. Sabendo que  $\frac{1}{12}$  dos funcionários são mulheres que não falam inglês, pode-se concluir que os homens que falam inglês representam, em relação ao total de funcionários, uma fração equivalente a

- (A)  $\frac{3}{10}$   
(B)  $\frac{7}{20}$   
(C)  $\frac{2}{5}$   
(D)  $\frac{9}{20}$   
(E)  $\frac{1}{2}$

17. Artur pretende investir R\$ 10.000,00 por um período de um ano. Por isso, está avaliando dois investimentos oferecidos pelo gerente de seu banco.

**Investimento I:** regime de juros simples, com taxa de 1% ao mês.

**Investimento II:** regime de juros compostos, com taxa de 6% ao semestre.

Ao comparar os dois investimentos, Artur concluiu que

- (A) I é mais vantajoso, pois terá rendido R\$ 36,00 a mais do que II após um ano.  
(B) I é mais vantajoso, pois terá rendido R\$ 18,00 a mais do que II após um ano.  
(C) eles são indiferentes, pois ambos terão rendido R\$ 1.200,00 após um ano.  
(D) II é mais vantajoso, pois terá rendido R\$ 18,00 a mais do que I após um ano.  
(E) II é mais vantajoso, pois terá rendido R\$ 36,00 a mais do que I após um ano.

18. A soma  $S$  é dada por:

$$S = \sqrt{2} + \sqrt{8} + 2\sqrt{2} + 2\sqrt{8} + 3\sqrt{2} + 3\sqrt{8} + 4\sqrt{2} + 4\sqrt{8} + 5\sqrt{2} + 5\sqrt{8}$$

Dessa forma,  $S$  é igual a

- (A)  $\sqrt{90}$   
(B)  $\sqrt{405}$   
(C)  $\sqrt{900}$   
(D)  $\sqrt{4050}$   
(E)  $\sqrt{9000}$



19. Os números 1, 2, 3, 4, 6, 9, 12, 18 e 36 deverão ser distribuídos entre os nove quadrados menores de um quadriculado  $3 \times 3$ , de modo que:
- cada um dos nove números seja escrito uma única vez;
  - cada quadrado menor contenha exatamente um número;
  - os produtos dos três números de uma mesma linha, de uma mesma coluna e de uma mesma diagonal do quadriculado sejam todos iguais a um mesmo valor  $P$ .

Considere a distribuição iniciada na figura abaixo.

		12
	6	
	4	

Se as regras descritas forem todas obedecidas, o quadrado escuro deverá ser preenchido pelo número

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 9.
- (E) 18.
- 
20. As seis faces de um dado são quadrados cujos lados medem  $L$ . A distância do centro de um desses quadrados até qualquer um de seus vértices (cantos do quadrado) é igual a  $D$ . Uma formiga, que se encontra no centro de uma das faces do dado, pretende se deslocar, andando sobre a superfície do dado, até o centro da face oposta. A menor distância que a formiga poderá percorrer nesse trajeto é igual a
- (A)  $2L$ .
- (B)  $2L + D$ .
- (C)  $2L + 2D$ .
- (D)  $L + 2D$ .
- (E)  $L$ .

#### Legislação Institucional

21. O direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita prestada pelo Estado, previsto no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal brasileira, tem como destinatários
- (A) todos os cidadãos brasileiros, pois se trata de direito universal.
- (B) as pessoas que comprovarem insuficiência de recursos.
- (C) as pessoas físicas e jurídicas, independentemente dos recursos que disponham.
- (D) as pessoas necessitadas, desde que possuam atestado de pobreza.
- (E) as pessoas necessitadas, desde que beneficiárias de programas governamentais de transferência de renda.
- 
22. A Constituição Federal brasileira, em seu artigo 134, e a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, em seu artigo 120, asseveram que a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado. Nesse sentido, pode-se afirmar que
- (A) em todos os processos judiciais deve haver a intervenção da Defensoria Pública.
- (B) a Defensoria Pública é órgão do Poder Judiciário.
- (C) a assistência jurídica integral e gratuita prestada pela Defensoria Pública assegura, em igualdade de condições, o acesso à justiça pelos necessitados.
- (D) compete à Defensoria Pública o exercício da função jurisdicional do Estado.
- (E) a organização da Defensoria Pública do Estado está vinculada à organização do Poder Judiciário, devendo prever um número equivalente de Defensores e Juízes em cada comarca.



23. A Defensoria Pública do Estado possui, em razão de expressa previsão constitucional (art. 134, § 2º, da Constituição Federal brasileira), autonomia administrativa e funcional, que lhe assegura
- (A) a eficácia plena e a excecutoriedade imediata de suas decisões, ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas.
  - (B) o exercício de suas funções institucionais livre de pressões, uma vez que não está sujeita a controles externos.
  - (C) independência em relação ao Poder Executivo, não mais o integrando.
  - (D) a competência legislativa de seu Conselho Superior.
  - (E) a possibilidade de criação de cargos por ato administrativo do Defensor Público-Geral, após a análise pelo Conselho Superior.
- 
24. A Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul tem como função a promoção da qualidade dos serviços prestados pela instituição, competindo-lhe
- (A) instaurar processo disciplinar contra membros e servidores da instituição, em razão de representações encaminhadas pela Corregedoria-Geral.
  - (B) ingressar com ações judiciais visando à melhoria da qualidade do atendimento dos usuários.
  - (C) promover atividades de intercâmbio com a sociedade civil.
  - (D) votar em processos com matérias referentes ao atendimento dos usuários que tramitem no Conselho Superior da Defensoria Pública.
  - (E) rever eventual decisão de Defensor Público que tenha ensejado recusa de atuação.
- 
25. Quanto ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, é correto afirmar que
- (A) possui seis membros eleitos pelo voto direto, plurinomial, obrigatório e secreto dos membros da carreira de Defensor Público.
  - (B) seus membros eleitos possuem mandato de dois anos, vedada a reeleição.
  - (C) o Ouvidor-Geral é membro eleito e participa exclusivamente com direito à voz.
  - (D) são elegíveis os membros ativos e inativos da carreira de Defensor Público.
  - (E) sua composição é formada, majoritariamente, por membros natos.
- 
- Atenção:** As questões de números 26 a 29 referem-se à Lei Complementar Federal nº 80/94.
26. É direito da pessoa assistida pela Defensoria Pública do Estado
- (A) a escolha do Defensor Público que irá realizar o seu atendimento e acompanhar eventual demanda.
  - (B) a atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesse colidente com outro assistido.
  - (C) não se submeter à avaliação de sua situação econômico-financeira, sem que isso importe em prejuízo ao seu atendimento.
  - (D) a escolha do local e horário de seu atendimento.
  - (E) a designação de outro Defensor Público, quando discordar da ação judicial proposta.
- 
27. A substituição legal do Defensor Público-Geral do Estado, em suas faltas, licenças, férias e impedimentos, compete ao
- (A) Corregedor-Geral.
  - (B) membro mais antigo do Conselho Superior.
  - (C) Defensor-Geral Adjunto.
  - (D) Subdefensor Público-Geral.
  - (E) Defensor Público de classe especial mais antigo em exercício.
- 
28. Ao estabelecer normas gerais para a organização da Defensoria Pública nos Estados, a referida Lei Complementar Federal prevê
- (A) a possibilidade de criação de Defensorias Públicas Municipais.
  - (B) a nomeação do Corregedor-Geral da Defensoria Pública pelo Governador do Estado.
  - (C) a subordinação hierárquica entre a Defensoria Pública Estadual e a Defensoria Pública da União.
  - (D) a eleição direta do Defensor Público-Geral, sem a intervenção do Chefe do Poder Executivo Estadual.
  - (E) que a organização da Defensoria Pública do Estado deve primar pela descentralização.
- 
29. O plano de atuação da Defensoria Pública do Estado
- (A) deve ser aprovado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, após ampla divulgação.
  - (B) deve ser apresentado por cada Defensor Público à Corregedoria-Geral, como requisito para confirmação no estágio probatório.
  - (C) consiste em documento obrigatório a ser apresentado previamente pelos candidatos ao cargo de Defensor Público-Geral, contendo as propostas de campanha.
  - (D) é elaborado pela Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública.
  - (E) deve ser aprovado por lei complementar estadual.
- 
30. O plano de carreira previsto pela Lei Complementar Estadual nº 13.821/11 possui distintas classes e padrões de vencimentos, que podem ser alcançados pelos servidores do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul através da
- (A) promoção, para a elevação de um padrão de vencimento para outro superior, e da progressão, para o alcance de classe mais elevada.
  - (B) promoção, entre as diversas classes e padrões de vencimento existentes.
  - (C) progressão, entre os cinco padrões de vencimento em cada uma das classes, e da promoção, entre as três classes existentes.
  - (D) progressão, entre as diversas classes e padrões de vencimentos existentes.
  - (E) progressão, entre os três padrões de vencimento em cada uma das classes, e da promoção, entre as cinco classes existentes.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

31. A Cia. Serra do Mar apresentava, em 31/12/2012, os saldos das seguintes contas:

	R\$
Duplicatas a Receber	85.000
Capital Social	100.000
Empréstimos Bancários Obtidos	35.000
Disponível	63.000
Estoques de Mercadorias	65.000
Receita Bruta de Vendas	450.000
Aplicação Financeira – Títulos Mantidos até o Vencimento	40.000
Custo das Mercadorias Vendidas	170.000
Impostos sobre Vendas	45.000
Fornecedores	30.000
Despesa com Salários	10.000
Depreciação Acumulada (referente às máquinas e equipamentos)	11.000
Adiantamento a Fornecedores	28.000
Investimentos em Controladas	20.000
Contas a Pagar	5.000
Reserva Legal	6.500
Despesa Financeira	4.000
Despesa de Depreciação	6.000
Dividendos a Pagar	8.000
Máquinas e Equipamentos	110.000
Impostos a Recolher	5.000
Reserva de Incentivos Fiscais	3.500
Resultado de Equivalência Patrimonial (positivo)	3.000
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	4.000
Ações em Tesouraria	4.300
Ajustes de Avaliação Patrimonial (credora)	2.300
Abatimentos sobre Vendas	3.000
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	7.000
Despesa com Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	3.000

Com base nestas informações, o total do Patrimônio Líquido da Cia. Serra do Mar SA, em 31/12/2012, era, em reais,

- (A) 310.700.
- (B) 313.000.
- (C) 321.000.
- (D) 321.600.
- (E) 329.600.

32. Com relação ao Patrimônio Líquido, é correto afirmar que

- (A) as Ações em Tesouraria possuem direito a voto, mas não possuem direito a dividendos e devem ser registradas em conta credora no Patrimônio Líquido.
- (B) o valor dos dividendos mínimos obrigatórios proposto e aprovado em assembleia geral deve ser registrado em conta credora no Patrimônio Líquido.
- (C) a destinação do lucro para constituição da Reserva Estatutária e da Retenção de Lucros, não poderá ser aprovada, em cada exercício, em prejuízo da distribuição dos dividendos obrigatórios.
- (D) o montante das Reservas de Lucros (Legal, Estatutária, para Contingências, Incentivos Fiscais e Retenção de Lucros) que ultrapassar o valor do capital social deve ser distribuído como dividendos.
- (E) os valores reconhecidos em Ajustes de Avaliação Patrimonial deverão ser reclassificados para Lucros Acumulados e distribuídos como dividendos quando forem realizados financeiramente.





33. Considere as seguintes assertivas:

- I. Os custos de transação de captação de recursos de terceiros não efetivada devem ser reconhecidos como despesa no resultado do período em que se frustrar essa captação.
- II. Os custos de transação incorridos na aquisição de ações de emissão da própria entidade devem ser tratados como acréscimo do custo de aquisição de tais ações.
- III. Os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida devem ser contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, independentemente de sua classificação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

34. A Cia. Inoxidável possuía, em 31/12/2012, em seu ativo imobilizado, um Auto Forno utilizado na produção de aço, com as seguintes informações, após o reconhecimento da despesa de depreciação referente ao exercício de 2012:

Custo de aquisição:	R\$ 1.000.000,00
(-) Depreciação acumulada:	R\$ 200.000,00
(=) Valor contábil do ativo:	R\$ 800.000,00

Ao realizar o teste de *impairment*, a Cia. obteve as seguintes informações:

Valor em uso do Auto Forno:	R\$ 720.000,00.
Valor justo líquido de despesas de venda:	R\$ 500.000,00.

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício financeiro de 2012, a Cia. Inoxidável

- (A) não fez nenhum ajuste (não reconheceu perda por *impairment*).
- (B) reconheceu uma perda por *impairment* no valor de R\$ 80.000,00.
- (C) reconheceu uma perda por *impairment* no valor de R\$ 280.000,00.
- (D) reconheceu uma perda por *impairment* no valor de R\$ 300.000,00.
- (E) reconheceu uma perda por *impairment* no valor de R\$ 500.000,00.

35. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pode-se citar como exemplos de fluxo de caixa das Atividades Operacionais: Recebimento de caixa

- (A) decorrente de contratos mantidos para negociação imediata e pagamentos de caixa decorrentes da aquisição de ações da própria entidade.
- (B) decorrente da venda de ativo imobilizado e pagamentos de caixa decorrentes de arrendamento mercantil financeiro.
- (C) proveniente da emissão de debêntures e pagamentos por aquisição de instrumentos patrimoniais de controlada.
- (D) decorrente da emissão de ações e pagamentos de caixa decorrentes de imposto sobre a renda.
- (E) decorrente de *royalties* e pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias.



36. Considere as seguintes assertivas sobre Ativos Intangíveis:

- I. O custo de um ativo intangível (identificado e separável) adquirido em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data da aquisição.
- II. Os ativos intangíveis gerados internamente, resultantes da fase de pesquisa, devem ser reconhecidos, uma vez que o custo pode ser determinado com segurança.
- III. Um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, não sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

37. A empresa Vende Tudo SA realizou, em 31/12/2012, uma venda no valor total de R\$ 120.000,00. A condição de recebimento pactuada com o cliente foi R\$ 40.000,00 à vista e o restante (R\$ 80.000,00) para ser recebido em 31/10/2014, embora o prazo normalmente concedido pela empresa fosse de 90 dias. Sabe-se que se o cliente efetuasse a compra à vista, ele pagaria, no total, R\$ 106.000,00 (valor presente). Com base nestas informações e na regulamentação vigente, no momento da venda a empresa deve reconhecer receita de venda de

- (A) R\$ 106.000,00.
- (B) R\$ 120.000,00.
- (C) R\$ 106.000,00 e receita financeira de R\$ 14.000,00.
- (D) R\$ 120.000,00 e despesa financeira de R\$ 14.000,00.
- (E) R\$ 120.000,00 e despesa financeira a apropriar de R\$ 14.000,00.

38. Para produzir seu único produto, determinada empresa industrial incorreu nos seguintes gastos durante o mês de dezembro de 2012:

Compra de matéria prima: R\$ 25.000,00 (valor líquido dos tributos recuperáveis)  
Frete e seguros na aquisição da matéria prima: R\$ 1.500,00 (não inclusos no valor da matéria prima acima).  
Mão de obra direta: R\$ 8.000,00  
Remuneração da supervisão da fábrica: R\$ 15.000,00  
Remuneração da administração geral da empresa: R\$ 20.000,00  
Depreciação referente aos ativos utilizados na produção: R\$ 11.000,00  
Comissão dos vendedores: R\$ 4.000,00  
Outros custos indiretos de produção: R\$ 6.000,00  
Materiais de consumo da administração geral da empresa: R\$ 400,00  
Encargos financeiros de empréstimos obtidos: R\$ 1.000,00

Os gastos da administração geral da empresa não são rateados para o setor de produção, não havia produtos em elaboração no início e no fim do mês de dezembro de 2012 e os estoques inicial e final de matéria prima eram, respectivamente, R\$ 4.500,00 e R\$ 8.000,00. Sabendo que a empresa utiliza o método de custeio por absorção e opera em sua capacidade normal de produção, o custo da produção acabada no período, em reais, foi de

- (A) 71.500,00.
- (B) 68.000,00.
- (C) 66.500,00.
- (D) 63.000,00.
- (E) 61.500,00.



39. A Cia. Indicadora apresentava a seguinte situação patrimonial e financeira:

Cia. Indicadora			
Balço Patrimonial – 31/12/20X2			
<b>Ativo Circulante</b>	<b>680</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>400</b>
Financeiro	300	Financeiro	300
Operacional	380	Operacional	100
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>1.120</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>600</b>
Realizável a Longo Prazo	170	Financiamentos	600
Investimentos	350	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>800</b>
Imobilizado	600	Capital Social	550
		Reservas de Lucro	250
<b>Total Ativo</b>	<b>1.800</b>	<b>Total Passivo + PL</b>	<b>1.800</b>

Com base no Balço Patrimonial, é possível afirmar que a Cia. Indicadora apresentava índice de

- (A) liquidez corrente igual a 1,00.
- (B) liquidez geral igual a 1,70.
- (C) participação de capitais de terceiros em relação ao patrimônio líquido igual a 50%.
- (D) imobilização dos recursos não correntes igual a 75%.
- (E) composição do endividamento igual a 40%.

40. Uma companhia aberta aplicou suas disponibilidades de caixa em ativos financeiros, adquirindo, em 31/10/2012, 6 títulos no valor de R\$ 2.000,00 cada. Na data de aquisição, a companhia os classificou do seguinte modo: 4 títulos como ativo financeiro "mantido para negociação imediata" e 2 títulos como ativo financeiro "mantido até o vencimento". A taxa de juros contratual de todos os títulos era de 1% ao mês e o valor justo de cada título 30 dias após a sua aquisição era de R\$ 2.040,00. Com base nestas informações, em 30/11/2012, a companhia reconheceu,

- (A) na Demonstração de Resultados, receita financeira no valor de R\$ 200,00.
- (B) na Demonstração de Resultados, receita financeira no valor de R\$ 240,00.
- (C) na Demonstração de Resultados, receita financeira no valor de R\$ 120,00.
- (D) no Patrimônio Líquido, ajustes de avaliação patrimonial no valor de R\$ 120,00 (saldo credor).
- (E) na Demonstração de Resultados, receita financeira no valor de R\$ 40,00 e, no Patrimônio Líquido, ajustes de avaliação patrimonial no valor de R\$ 160,00 (saldo credor).

### Contabilidade Pública

**Atenção:** Considerando a competência dos entes federados para instituir impostos, responda as questões de números 41 a 43.

Imposto arrecadado sobre	Valor - R\$
Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados	150
Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS	200
Propriedade predial e territorial urbana – IPTU	100
Propriedade de veículos automotores – IPVA	120
Serviços de qualquer natureza – ISS	150
Importação de produtos estrangeiros	200
Renda e proventos de qualquer natureza	400
Transmissão <i>causa mortis</i> e doação, de quaisquer bens e direitos	180
Produtos industrializados – IPI	100
Transmissão <i>inter vivos</i> de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	50
Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários	50

41. O montante de impostos arrecadados, cuja competência é da União, é de

- (A) 900.
- (B) 750.
- (C) 970.
- (D) 900.
- (E) 850.



42. O total da receita tributária arrecadada, cuja competência é dos municípios, é de
- (A) 150.  
(B) 420.  
(C) 480.  
(D) 300.  
(E) 250.
- 
43. A soma da receita tributária arrecadada, cuja competência é dos Estados, é de
- (A) 320.  
(B) 500.  
(C) 420.  
(D) 200.  
(E) 250.
- 
44. No âmbito da contabilidade aplicada ao setor público, dentre outros, classificam-se como ingressos extraorçamentários, os valores recebidos a título de
- (A) rendimentos de aplicações financeiras não previstos na lei orçamentária anual.  
(B) veículos recebidos em doação.  
(C) multas e juros sobre impostos recebidos com atraso.  
(D) transferências voluntárias.  
(E) Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO.
- 

**Atenção:** Considere as seguintes operações realizadas por determinada entidade pública durante o exercício de 2012 e responda as questões de números 45 a 47.

Operações realizadas	Valor – R\$
Receita de multas diversas	300
Despesa com pessoal	100
Receita de impostos	200
Recebimento de caução em dinheiro	180
Repasse de valor retido da folha de pagamento – empréstimo bancário	90
Receita de serviços prestados	300
Pagamento de restos a pagar processado inscrito no exercício de 2011	60
Receita de alienação de bens imóveis	600
Devolução parcial da caução recebida	100
Despesa com a construção de um hospital público	250
Retenção da folha de pagamento – contribuição previdenciária	120
Despesa com aquisição de dois veículos	150
Abertura de crédito adicional suplementar para aquisição de imóveis	50
Recebimento em doação de duas ambulâncias	450
Despesa com coleta de lixo	200

45. As receitas orçamentárias efetivas e NÃO efetivas somam, respectivamente,
- (A) 1.250 e 700.  
(B) 800 e 600.  
(C) 980 e 720.  
(D) 450 e 150.  
(E) 500 e 700.



46. As despesas orçamentárias efetivas e NÃO efetivas totalizam, respectivamente,
- (A) 360 e 490.
  - (B) 450 e 500.
  - (C) 460 e 400.
  - (D) 360 e 500.
  - (E) 300 e 400.
- 
47. Os ingressos e dispêndios extraorçamentários somam, respectivamente,
- (A) 300 e 250.
  - (B) 300 e 160.
  - (C) 280 e 100.
  - (D) 180 e 250.
  - (E) 400 e 190.
- 
48. O empenhamento da despesa pública deve estar em consonância com a classificação institucional, funcional e programática. Em relação a classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, compõe-se de
- (A) categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa.
  - (B) despesa corrente e de capital.
  - (C) despesa de custeio e de investimentos.
  - (D) despesa com pessoal, material de consumo, investimentos e amortização da dívida.
  - (E) programa, projeto, atividade e elemento de despesa.
- 
49. Em relação aos créditos adicionais, é correto afirmar:
- (A) entendem-se as autorizações de receitas não previstas e despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária.
  - (B) os especiais são os destinados a reforço de dotação orçamentária.
  - (C) tem vigência até o término do exercício financeiro subsequente em que foram autorizados, independentemente do mês de abertura.
  - (D) a vigência restringe-se ao exercício financeiro em que foram autorizados, exceto os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, que poderão ter seus saldos reabertos por instrumento legal apropriado, situação na qual a vigência fica prorrogada até o término do exercício financeiro subsequente.
  - (E) a vigência restringe-se ao exercício financeiro em que foram autorizados independentemente do mês de sua abertura.
- 
50. No âmbito do setor público, as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, é evidenciada
- (A) na demonstração das variações patrimoniais do exercício.
  - (B) nos registros contábeis das receitas e despesas do exercício.
  - (C) no balanço financeiro.
  - (D) na demonstração do fluxo de caixa.
  - (E) no balanço orçamentário.

**Auditoria Governamental**

51. É um dos objetos sujeitos à atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, nos órgãos da Administração Direta, entidades da Administração Indireta e entidades privadas:
- (A) apreciação das contas prestadas anualmente pelos administradores públicos, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
  - (B) os processos de concessão de empréstimos a Estados e Municípios destinados a cobrir déficit orçamentário.
  - (C) avaliação do cumprimento dos limites mínimos de gastos com a segurança pública, a educação e a saúde realizados pelos entes da federação em cada exercício financeiro.
  - (D) os contratos firmados por gestores públicos com entidades públicas ou privadas para prestação de serviços, execução de obras e fornecimento de materiais.
  - (E) verificação do cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito dos entes da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente, em cada exercício financeiro.
- 
52. Com relação ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, a abrangência de sua atuação, dentre outros, inclui
- (A) projetos financiados por recursos externos e projetos de cooperação junto a organismos internacionais.
  - (B) avaliação do cumprimento, em cada exercício financeiro, dos limites de gastos com pessoal, com a amortização da dívida, de cada ente da federação, para efeito de autorização de operações de crédito.
  - (C) aplicação aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, multa proporcional ao dano causado ao erário, comunicando a decisão ao Ministério Público.
  - (D) exame da regularidade e a avaliação da eficiência e a eficácia da gestão administrativa e dos resultados alcançados pelas empresas prestadoras de serviços públicos.
  - (E) realização, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, inspeções e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos órgãos e entidades da administração pública federal.
- 
53. A auditoria, no âmbito do sistema de controle interno do setor público federal, que objetiva o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizada para atender determinação expressa de autoridade competente, é classificada como
- (A) contábil.
  - (B) extraordinária.
  - (C) extraplano.
  - (D) inspeção.
  - (E) especial.
- 
54. Para obtenção de evidências, as quais devem ser suficientes, adequadas, relevantes e úteis para conclusão dos trabalhos, o sistema de Controle Interno Federal se serve de um conjunto de processos e ferramentas operacionais denominado de
- (A) técnicas de auditoria.
  - (B) normas de auditoria.
  - (C) programas de auditoria.
  - (D) princípios de auditoria.
  - (E) certificados de auditoria.
- 
55. Considerando o procedimento de auditoria como um conjunto de verificações previstas num programa de auditoria, no âmbito do Sistema de Controle Interno Federal, este procedimento abrange testes de
- (A) materialidade e probabilístico.
  - (B) observância e substantivos.
  - (C) amostragem e conferência de cálculos.
  - (D) rastreamento e inspeção física.
  - (E) transações e análise documental.



56. No âmbito do Sistema de Controle Interno do setor público federal, os documentos que fundamentam as informações obtidas nos trabalhos de auditoria e fiscalização denominam-se:
- (A) anotações de auditoria.
  - (B) relatórios de auditoria.
  - (C) papéis de trabalho.
  - (D) pareceres de auditoria.
  - (E) registros das constatações.
- 
57. No âmbito da Administração Pública Federal, o controle externo, especificamente no que concerne a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, é exercido pelo
- (A) Senado Federal, com o auxílio da Controladoria Geral da União.
  - (B) Tribunal de Contas da União, com auxílio do Ministério Público Federal.
  - (C) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
  - (D) Tribunal de Contas da União, com o auxílio da Controladoria Geral da União.
  - (E) Poder Executivo Federal, com auxílio do Tribunal de Contas da União.
- 
58. Acerca das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, sua apreciação é de competência
- (A) da Controladoria Geral da União, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.
  - (B) do Senado Federal, mediante parecer prévio elaborado pelo Tribunal de Contas da União.
  - (C) da Câmara dos Deputados até o encerramento da sessão legislativa.
  - (D) do Congresso Nacional, mediante parecer prévio elaborado pelo Tribunal de Contas da União.
  - (E) do Tribunal de Contas da União, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- 
59. No âmbito do controle externo federal, para assegurar a eficácia do controle e para instruir o julgamento das contas, será realizada fiscalização dos atos de que resulte receita ou despesa, praticados pelos responsáveis sujeitos à jurisdição do Órgão de Controle Externo, competindo-lhe, para tanto, em especial, dentre outros,
- (A) fiscalizar a aplicação dos recursos repassados pelos Estados e Municípios a empresas públicas ou privadas, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.
  - (B) realizar, com autorização do Congresso Nacional, auditoria nos processos de licitação, sua dispensa ou inexigibilidade.
  - (C) avaliar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas na lei orçamentária anual e a execução dos programas de governo.
  - (D) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
  - (E) examinar a regularidade das receitas e despesas das empresas contratadas pela administração pública federal para execução de obras e serviços.
- 
60. Em relação aos instrumentos de fiscalização utilizados pelo Tribunal de Contas da União no desempenho de sua função constitucional, a auditoria é utilizada, dentre outros, para
- (A) conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional dos Poderes da União, incluindo fundos e demais instituições que lhe sejam jurisdicionadas, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais no que se refere aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais.
  - (B) examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos a sua jurisdição, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial.
  - (C) suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias ou representações quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade de fatos da administração e de atos administrativos praticados por qualquer responsável sujeito à sua jurisdição.
  - (D) examinar, ao longo de um período predeterminado, sob aspecto orçamentário e financeiro, os atos de gestão dos responsáveis sujeitos a sua jurisdição.
  - (E) avaliar, mediante solicitação do Poder Executivo Federal, o desempenho das empresas Estatais Dependentes quanto aos aspectos da legalidade e legitimidade dos atos praticados.

**PROVA DE REDAÇÃO**

*Neste momento, nós, mulheres e homens, enfrentamos muitas novidades, num mundo fascinante, vertiginoso, belo e às vezes cruel. Com tecnologias efêmeras e atordoantes, estamos condenados à brevidade, à transitoriedade, depois de séculos em que os usos e costumes duravam muitos anos, e qualquer pequena mudança causava um alvoroço. A convivência de homens e mulheres também mudou. Em muitas empresas as mulheres trabalham ombro a ombro com colegas homens e, eventualmente, assumem cargos de comando. Como agimos, como nos portamos, como nos reinventamos, nós, homens e mulheres?*

(Adaptado de Lya Luft. **Veja**, 19 de dezembro de 2012)

Considerando o que está escrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema:

**A conciliação dos sentimentos humanos na vida moderna**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	